

## TURISMO SUSTENTÁVEL EM ESPAÇOS NATURAIS PROTEGIDOS: OS PARQUES NATURAIS DE MONTESINHO E DOURO INTERNACIONAL

CASTRO, José Paulo Ribeiro<sup>1</sup> e MARTINS, Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira<sup>2</sup>

### Resumo

Ao longo das últimas décadas os territórios rurais portugueses foram alvo de progressivo declínio demográfico, fraco desenvolvimento económico e perda de competitividade em relação aos grandes centros urbanos, mais desenvolvidos.

Neste contexto, considera-se que o turismo pode constituir uma mais-valia para travar a tendência regressiva que se verifica em algumas regiões rurais portuguesas. Os territórios raianos onde se inserem os Parques Naturais de Montesinho (PNM) e Douro Internacional (PNDI) constituem o objecto principal desta comunicação. Estes parques naturais integram a Rede Nacional de Espaços Naturais Protegidos vigente em Portugal e possuem recursos capazes de potenciar o desenvolvimento do denominado turismo sustentável.

O presente trabalho integrará também uma abordagem à temática do turismo sustentável em espaços naturais protegidos. A análise da actividade turística no PNM e PNDI e o seu contributo para o desenvolvimento da região constitui outro objectivo desta comunicação.

**Palavras-chave:** Turismo, Parques Naturais, Desenvolvimento sustentável.

### Introdução

Os espaços naturais protegidos visam determinadas funções, nomeadamente no que concerne à preservação dos ecossistemas naturais e modificados, fundamentais para a manutenção dos sistemas sustentadores da vida. Possuem, ainda, como função a preservação das espécies silvestres e áreas particularmente ricas em espécies. Destaca-se, também, a manutenção dos valores emotivos da natureza e amplo conjunto de recursos para a investigação científica (Ors, 1999). Outro aspecto, importante, é a capacidade que estes espaços naturais têm para potenciar o desenvolvimento de actividades turísticas, tendo em conta o interesse que o meio natural suscita na sociedade moderna.

O fenómeno da urbanização, com o constante crescimento das cidades, aumenta os desejos de evasão, devido ao ritmo acelerado em que se vive, fomentando os fluxos da cidade para o campo, montanhas ou áreas costeiras. O grande desenvolvimento que o turismo em espaço natural/rural apresenta nos dias de hoje resulta do aumento da procura, por estes espaços, que se iniciou após os anos cinquenta do anterior século (Mangano, 2005).

Actualmente o turismo em espaços naturais protegidos é uma actividade que contribui para o desenvolvimento sustentável de muitas regiões rurais da Europa e de Portugal, em particular. *“O turismo é, na verdade, encarado como um sector de elevado potencial para estimular o desenvolvimento das áreas rurais [e naturais], cujas características específicas (paisagísticas, ambientais e sócio-culturais) são cada vez mais valorizadas”* (Luís: 2002, 67).

Somos da opinião que *“o turismo (...) tem-se vindo a impor como actividade com potencial para relançar o desenvolvimento [sustentável] de alguns espaços rurais, nomeadamente daqueles que têm recursos com elevada qualidade cultural ou natural”* (Fonseca e Ramos, 2007, 1).

O objectivo desta comunicação é apresentar uma breve análise das dinâmicas turísticas que ocorrem nos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional, áreas naturais protegidas que se localizam na região Norte de Portugal. São espaços naturais protegidos que possuem recursos naturais e culturais capazes de induzir e potenciar o desenvolvimento sustentável do turismo.

Salientamos que este trabalho se insere no âmbito de uma investigação, mais ampla, de doutoramento na Universidade de Aveiro, em Portugal.

Para a concretização dos objectivos desta comunicação procedemos a revisão bibliográfica sobre a temática do desenvolvimento do turismo sustentável em espaços naturais protegidos. Foram, ainda, compilados dados estatísticos do turismo, de ambos os parques, recolhidos nas fontes estatísticas oficiais para análise das dinâmicas turísticas naqueles parques.

<sup>1</sup> Licenciado em Geografia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. Mestre em Património e Turismo – Universidade do Minho, Portugal. Docente na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal. Mail: castrogeo@ipb.pt

<sup>2</sup> Licenciada em Geografia – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. Doutora em Ciências do Ambiente. Professora Associada na Universidade de Aveiro – Departamento de Ambiente e Ordenamento, Aveiro, Portugal. Mail: Filomena@ua.pt

Relativamente à estrutura do trabalho, iniciamos, de forma sucinta, uma abordagem teórica sobre os espaços naturais protegidos e o desenvolvimento do turismo sustentável. Em seguida, apresentam-se os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional no que concerne ao seu estatuto de protecção, delimitação e valores naturais e culturais. Segue-se um bloco onde são descritos e analisados alguns indicadores do turismo.

Por último, elaboram-se algumas considerações finais sobre a investigação que estamos a desenvolver.

### Turismo Sustentável e Espaços Naturais Protegidos

A exploração descontrolada dos recursos que a natureza colocou ao dispor do homem, conduziu a que ocorressem fenómenos de degradação de espaços naturais, muitas vezes, sem poder de reversibilidade. Esta situação originou o aparecimento de movimentos em favor da salvaguarda e preservação do património natural que estão, eles próprios, na génese dos espaços naturais protegidos. A sua deterioração, com o conseqüente desaparecimento de espécies ameaçadas, o aquecimento global ou a degradação acelerada dos solos, aumentou as energias dos movimentos em favor do património natural. Na sociedade actual, em constante mutação, os espaços naturais protegidos desempenham um papel importante na qualidade de vida das populações. Estes espaços, pelas características que possuem, permitem a sua utilização para actividades turísticas e constituem-se, por isso, como um verdadeiro património que se deve conservar e salvaguardar (Castro, 2005).

Os espaços naturais protegidos possuem diversas funções que podem ser observadas na tabela seguinte (n.º 1). Além destas funcionalidades os parques naturais fornecem contributos notórios na investigação científica, educação ambiental e na expansão das actividades turísticas.

**Tabela n.º 1** – Funções dos Espaços Naturais Protegidos

1 – Uma visão “utilitária” indica que os espaços protegidos são úteis ou necessários para o homem devido a:

- Conservam o solo fértil e a água;
- Regulam e depuram as águas;
- Protegem dos desastres naturais;
- Mantém a vegetação natural em terras pouco produtivas;
- Preservam os recursos genéticos;
- Protegem as espécies e populações especialmente sensíveis;
- Proporcionam um habitat vital para as espécies migratórias;
- São fonte de emprego e divisas.

2 – Do ponto de vista ético têm:

- Valor intrínseco do objecto natural: os seres humanos também têm um estatuto moral em si mesmo.
- Isto justifica a sua protecção;
- Valor extrínseco do objecto natural:
- A natureza como ideal recurso cultural, moral, estético:
- Princípios orientados segundo a necessidade:
- Necessidade biológica da natureza:
- Interesse das gerações futuras:
- Necessidades terapêuticas, morais, etc.
- Direito ao ambiente como um dos direitos humanos.

Fonte: Ors (1999)

Entendemos que a exploração turística dos recursos patrimoniais, com especial destaque para os recursos naturais, pode levar a uma inversão e redistribuição da oferta turística que tendencialmente, é concentrada no litoral. Esta exploração pode levar à dispersão do turismo pelas regiões do interior funcionando como um factor de revitalização das economias locais das regiões periféricas, que agora nos ocupamos, tantas vezes deixadas ao abandono.

Partilhamos, também, da opinião de Mangano (2005) de que a vocação turística dos espaços naturais é um fenómeno marginal, face aos modelos turísticos tradicionais vigentes. A procura turística pelos espaços naturais protegidos encontra-se numa fase de desenvolvimento, quer na Europa, ou fora dela.

O reconhecimento crescente da importância do património natural vem na sequência da tomada de consciência do valor inquestionável que espaços naturais possuem para a humanidade. Este reconhecimento manifestou-se, também, na adopção de políticas nacionais e internacionais de conservação da natureza.

Neste sentido, diversos autores destacam, também, a importância do desenvolvimento do turismo sustentável em espaços naturais protegidos.

Segundo López e Izquierdo (2003:137), que consideram que *“las actividades turísticas pueden repercutir de forma muy positiva en los espacios rurales, ya que permite que éstos se beneficien de un recurso propio: su entorno ambiental y cultural. De esta manera se consigue diversificar su actividad económica, evitando el despoblamiento, creando empleo, o complementando las rentas de las familias que se dedican parcialmente a esta actividad. Además, el turismo actúa como fuente dinamizadora de otros aspectos –no directamente ligados al sector– que también benefician a las sociedades rurales: mejoras en la accesibilidad, desarrollo de la oferta comercial y de otros servicios, promoción del artesanado y de oficios tradicionales, etc.”.*

Julgamos poder salientar que a citação destes autores alicerça e sustenta o que vimos afirmando sobre a temática que titula esta comunicação?

Um documento que consideramos de grande importância na aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável ao sector turístico é a Carta Europeia do Turismo Sustentável em Espaços Protegidos.<sup>3</sup>

Os principais objectivos desta carta são *“Fomentar el conocimiento y el apoyo a los espacios protegidos de Europa, que representan una parte fundamental de nuestro patrimonio y se deben conservar para que las generaciones actuales y futuras puedan disfrutar de estos espacios; e Mejorar el desarrollo sostenible y la gestión del turismo de los espacios protegidos, teniendo en cuenta las necesidades del medio ambiente, de los residentes locales, las empresas y los visitantes”* (Europarc: 2007,2).

Este documento contém um vasto leque de orientações e estratégias para o desenvolvimento do turismo sustentável em espaços protegidos dirigidas às entidades que actuem em espaços naturais protegidos.

O desenvolvimento do turismo sustentável também é preocupação e acção da Organização Mundial de Turismo (OMT) ao considerar que *“El desarrollo turístico sostenible cubre las necesidades actuales de los turistas y de las regiones de acogida, protegiendo y mejorando las perspectivas de futuro. Proyecta una imagen de integración de la gestión de todos los recursos, de modo que queden cubiertas las necesidades económicas, sociales y estéticas, manteniendo al mismo tiempo la integridad cultural, los procesos ecológicos esenciales, la diversidad biológica y los sistemas vivos”* (OMT; 1998,21).

Somos da opinião que o progresso do turismo deve ser mantido sobre critérios de sustentabilidade. Para que se possa atingir e garantir essa sustentabilidade deve ser ecologicamente e culturalmente respeitável e economicamente viável do ponto de vista social para as populações locais.

### Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional

Em Portugal a Rede Nacional de Espaços Naturais Protegidos, foi criada em 1993 através do Decreto-Lei n.º 19/93. Actualmente, o território português engloba Parques Nacionais, Parques Naturais, Reservas Naturais, Monumentos Naturais e Paisagens Protegidas. Cabe ao Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade a gestão das áreas protegidas do território.

<sup>3</sup> A Carta Europeia do Turismo Sustentável nos Espaços Naturais Protegidos foi criada no âmbito das prioridades mundiais e europeias expressas pelas recomendações da Agenda 21. A Carta foi elaborada pelo Europarc, organização que engloba instituições gestoras dos espaços protegidos da Europa.

Figura n.º 1 - Espaços Naturais Protegidos em Portugal continental



Os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional são espaços naturais protegidos que integram a rede portuguesa de espaços naturais protegidos. Estão situados nos distritos de Bragança e Guarda, na região Norte de Portugal. (figura n.º 2).

Figura n.º 2 - Localização do Parque Natural de Montesinho e Douro Internacional



O Parque Natural de Montesinho (figura n.º 2) foi criado em 1979. Possui uma área de 74229 ha e engloba os concelhos de Vinhais e da capital de Distrito - Bragança. Além do estatuto de conservação nacional, o PNM é classificado como Sítio de Importância Comunitária (Montesinho – Nogueira) e Zona de Protecção Espacial (Serras de Montesinho e Nogueira) pertencentes à Rede Natura 2000<sup>4</sup>, definida pelas instâncias competentes da União Europeia.

O Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade caracteriza com notável e merecida exuberância formal a realidade do Parque que estudamos: *“O Parque Natural de Montesinho possui um rico património sócio-cultural com práticas quotidianas vindas de usos e costumes ancestrais, embora já marcadas pelas crescentes mobilidades das gentes e pelas inovações tecnológicas. As festas, são um exemplo disso, sendo um elo de ligação entre as aldeias e um pretexto para o reencontro de famílias e amigos. Tem especial valor as antiquíssimas «Festas dos Rapazes», realizadas principalmente na zona da Lombada por altura do Natal ou dos Reis, segundo o costume de cada aldeia. Outra das facetas da cultura regional é a música tradicional, que acompanha sempre as festividades e onde se destacam as sonoridades celtas da gaita-de-foles. São notáveis ainda os exemplos de arquitectura popular, que utilizando os materiais característicos de cada região, resultam de milhares de anos de aperfeiçoamento e adaptação ao meio ambiente. Há também aspectos exclusivamente funcionais na arquitectura popular dignos de destaque, como os pombais, os moinhos e as forjas do povo”* (ICNB, 2009).

O Parque Natural do Douro Internacional localiza-se no troço fronteiriço do Rio Douro (figura n.º 2). Este espaço natural é detentor de um grande contraste morfológico que associado ao clima se traduz numa grande diversidade ecológica, paisagística e por uma grande variedade de habitats. Ocupa uma área de 85150 ha e está localizado nas regiões de Trás-os-Montes e Beira Alta. Engloba os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo.

As características físicas, a diversidade e riqueza do património natural e cultural que este parque natural apresenta conferem-lhe uma beleza incomparável.

Igualmente o ICNB descreve de forma exuberante estes espaço natural protegido: *“O Parque Natural do Douro Internacional é verdadeiramente a Catedral onde o homem se encontra com a natureza na sua plenitude e harmonia, contemplando o equilíbrio entre a rusticidade da paisagem e a beleza de formas indescritíveis.*

*O rio Douro corre soberbo por entre desfiladeiros magníficos e austeros e o céu espelha-se esplendoroso naquele espelho de águas calmas e mensageiras do diálogo ancestral entre o homem e a natureza. O silêncio fala-nos doutros tempos e doutras culturas e só o voo picado e os gritos das aves de rapina nos dizem que a vida existe e é preservada, para que os vindouros possam contemplar espécies raras que ainda habitam em ecossistemas ideais.*

*Por entre fragedos hercúleos, uma vegetação virgem desafia as leis do equilíbrio e da sobrevivência e os verdes, os castanhos e os vermelhos de infindos arbustos e plantas enfeitam a paisagem, testemunho da boa vizinhança entre portugueses e espanhóis. Sem dúvida, este Parque Natural é verdadeiramente uma escola de vida onde a natureza é preservada e as espécies vivas mantidas no seu ambiente natural sem poluição sonora, sem grandes intervenções humanas, numa conjugação perfeita entre os interesses das populações e a preservação de memórias e formas de vida genuínas.”* (ICN, 2002:4)

### Actividade Turística nos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional

Esta secção da comunicação tem como objectivo analisar a dinâmica do turismo nos concelhos inseridos no PNM e PNDI, no que concerne à oferta e procura turística (número, tipologia, e capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros). Inclui uma breve análise a alguns indicadores turísticos, como base na informação estatística recolhida no Instituto Nacional de Estatística de Portugal. Os dados apresentados compreendem os anos

<sup>4</sup> Natura 2000 é a rede de zonas de conservação da natureza criada a nível da União Europeia. Esta rede baseia-se em dois instrumentos comunitários: a Directiva Aves, de 1979, e a Directiva Habitats, de 1992 (Comissão Europeia, 2001).

de 2006, 2007 e 2008, respectivamente<sup>5</sup>. Salientamos que devido ao segredo estatístico<sup>6</sup> não possuímos valores relativos a alguns indicadores e concelhos. Por esse facto a nossa análise não fica tão enriquecida como desejávamos.

Nas tabelas seguintes (n.º 2 e 3), apresentam-se alguns dados sobre a actividade turística em ambos os parques.

**Tabela n.º 2** – Indicadores da actividade turística no PNM e PNDI

Indicadores Gerais	Ano de 2006							Ano de 2007						
	Total	MIR	MOG	FEC	FCR	VIN.	BRA	Total	MIR	MOG	FEC	FCR	VIN.	BRA.
N.º de Estabelecimentos	<b>28</b>	8	3	*	3	*	14	<b>29</b>	9	3	*	3	*	14
Capacidade de Alojamento (N.º de Camas)	<b>1862</b>	340	103	*	101	*	1318	<b>1879</b>	409	101	*	103	*	1266
Dormidas Totais (N.º)	<b>108297</b>	<b>20524</b>	<b>4235</b>	*	<b>6935</b>	*	<b>76603</b>	<b>115306</b>	<b>22578</b>	<b>3924</b>	*	<b>6544</b>	*	<b>82260</b>
Dormidas Nacionais (N.º)	<b>92577</b>	16826	3875	*	6924	*	64952	<b>100144</b>	19128	3754		6520	*	70742
Dormidas Estrangeiros (N.º)	<b>15720</b>	3698	360	*	11	*	11651	<b>15162</b>	3450	170	*	24	*	11518

**Nota:** \* Segredo estatístico.

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística de Portugal, (2006, 2007 e 2008)

**Tabela n.º 3** – Indicadores da actividade turística no PNM e PNDI

Indicadores Gerais	Ano de 2008						
	TOTAL	MIR	MOG	FEC	FCR	VIN.	BRA.
N.º de Estabelecimentos	<b>27</b>	9	3	*	2	*	13
Capacidade de Alojamento (N.º de Camas)	<b>1796</b>	429	98	*	67	*	1202
Dormidas Totais (N.º)	<b>106774</b>	<b>21461</b>	<b>4047</b>	*	*	*	<b>81266</b>
Dormidas Nacionais (N.º)	<b>91188</b>	16673	3657	*	*	*	70858
Dormidas Estrangeiros (N.º)	<b>15586</b>	4788	390	*	*	*	10408

**Nota:** \* Segredo estatístico.

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística de Portugal, (2006, 2007 e 2008)

Conforme se pode observar regista-se um aumento em todos os indicadores, relativos a 2006 e 2007 (tabela n.º 2), com excepção para o indicador “Dormidas Estrangeiros” cuja variação foi negativa: 15720 “dormidas totais” em 2006 e 15162 em 2007. Entre 2007 e 2008 (tabela n.º 2 e 3), os mesmos indicadores assinalam mudança negativa. Contudo, verifica-se um aumento nas “Dormidas Estrangeiros” de 15162 em 2007 para 15586, em 2008.

Analisando o número de estabelecimentos, verifica-se que Miranda do Douro foi o concelho que contribuiu para o aumento verificado entre 2006 e 2007 (tabela n.º 2). Em 2008 (tabela n.º 3) Bragança e Figueira Castelo Rodrigo originaram variação negativa verificada face a 2007.

Relativamente à capacidade de alojamento (n.º de camas) Miranda do Douro e Figueira Castelo Rodrigo foram os concelhos onde ocorreu uma variação positiva entre 2006 e 2007 (tabela n.º 2). Bragança e Mogadouro registaram diminuição, entre 2006 e 2007, na capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros existentes. Em 2008 (tabela n.º 3), apenas o Concelho de Miranda do Douro registou um aumento na capacidade de alojamento (429). Nos restantes concelhos pode observar-se uma ligeira diminuição naquele indicador.

A procura turística pode ser observada no indicador “dormidas” efectuadas, pelos turistas, nos estabelecimentos hoteleiros (tabela n.º 2 e 3).

<sup>5</sup> Os concelhos apresentados nos quadros designam-se de: MIR – Miranda do Douro; MOG – Mogadouro; FEC – Freixo de Espada à Cinta; FCR - Figueira Castelo Rodrigo; VIN – Vinhais; BRA – Bragança.

<sup>6</sup> Em Portugal, a Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio Lei do Sistema Estatístico Nacional, refere no Artigo 6.º que “o segredo estatístico visa salvaguardar a privacidade dos cidadãos e garantir a confiança no [Sistema Estatístico Nacional] (SEN)”. De forma a salvaguardar o princípio do segredo estatístico, o INE não divulga dados estatísticos cujos indicadores sejam inferiores a três unidades.

Analisando aquele indicador verifica-se que as “dormidas totais” cresceram entre 2006, com 108927 dormidas e que em 2007 se alcançou o montante 115306 dormidas nos concelhos analisados.

A análise das “dormidas nacionais e estrangeiras” permite concluir que a “procura nacional” totalizou 92577 dormidas em 2006 e que registaram um decréscimo em 2008, com 91188 dormidas, respectivamente.

Relativamente às “dormidas estrangeiros” foi mais elevada em 2006 (15720 dormidas); em 2007 a procura diminuiu para 15162 turistas e em 2008, ocorreu um aumento 15586 turistas estrangeiros.

Pode concluir-se que a procura turística, no período em análise, é dominada pelos turistas estrangeiros. Apesar de não apresentarmos dados que possam validar a nossa opinião, julgamos, com certeza, que a procura turística estrangeira é constituída, em grande percentagem, por turistas oriundos do país vizinho - Espanha, dada a proximidade deste país com esta região portuguesa, com quem compartilha a fronteira.

No que concerne ao alojamento, Cunha (2003: 195) entende que aquele “é (...) a base essencial dos destinos turísticos e sem o qual estes não existem como tais. No entanto, o alojamento turístico, em geral apenas representa para o turista um meio para desfrutar das atracções do destino no qual se situa, não constituindo, em regra, uma atracção”. O mesmo autor defende que o alojamento pode ser uma atracção turística semelhante aos recursos naturais, mas de forma excepcional.

Nesta sequência, são apresentados dados sobre a tipologia e número de estabelecimentos hoteleiros existentes nos concelhos em análise (tabela n.º 4).

**Tabela n.º 4** – Indicadores da actividade turística no PNM e PNDI

Concelhos	2006 (tipologia estabelecimento)*				2007 (tipologia estabelecimento)*				2008 (tipologia estabelecimento)*				
	Hot	Pen	Est	Pou	Hot	Pen	Est	Pou	Hot	Pen	Est	Pou	TER
Bragança	2	11	0	1	2	11	0	1	2	10	0	1	11
Vinhais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Miranda do Douro	1	6	1	0	2	6	1	0	2	6	1	0	5
Mogadouro	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	2
Freixo de Espada à Cinta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Figueira de Castelo Rodrigo	0	2	1	0	0	2	1	0	0	1	1	0	0
<b>Total Concelhos</b>	<b>4</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>25</b>

**Nota:** \* Hot – Hotéis; Pen – Pensões; Est – Estalagens; Pou - Pousadas; TER – Turismo em Espaço Rural

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística de Portugal, (2006, 2007 e 2008)

Considerando o conjunto da tipologia de estabelecimentos, verifica-se que em 2006 existam 28 estabelecimentos hoteleiros nos concelhos dos PNM e PNDI. Sobressaem as “pensões” com 20 unidades e em segundo, os “hotéis” com 4 estabelecimentos.

Em 2007 ocorreu um ligeiro incremento no número de “hotéis” que passaram a ser 5 unidades. Nas restantes tipologias não se verificaram alterações.

Em 2008 as pensões sofreram uma diminuição, relativamente aos anos anteriores, para 18 estabelecimentos.

Pode observar-se no quadro o fraco peso das pousadas: apenas uma unidade, em relação às outras tipologias de estabelecimentos hoteleiros. As pousadas são um tipo de alojamento com níveis de qualidade e conforto superior aos restantes. Este tipo de estabelecimento está, normalmente, situado em regiões do interior, equilibradas e adaptadas às características da região (Batista, 1997).

O PNM e PNDI são espaços muito diversificados em termos naturais e culturais, proporcionando ao turista um leque de opções de escolha amplo, nomeadamente as unidades de turismo rural<sup>7</sup>. Este meios de alojamento turístico tiveram a sua génese, em Portugal, na década de 70, do século anterior. Surgiram através da “recuperação e aproveitamento de casas particulares com características próprias e proporcionando o contacto mais directo com as populações dos meios rurais e respectivas actividades.” (Cunha, 2003: 215).

<sup>7</sup> A legislação portuguesa (Decreto-Lei n.º 228/2009) considera que “São empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural”.

Relativamente a esta tipologia de alojamento só foi possível obter dados relativos ao ano de 2008. Contudo, pode observar-se que este tipo de alojamento apresenta um valor significativo, com 25 unidades distribuídas pelos diversos concelhos dos parques.

Segundo Moreno (1997:309) “a crescente importância do turismo rural e de outras modalidades de turismo associadas à natureza, originou (...) [ao aparecimento] de modalidades de alojamento específicas para este tipo de turismo para dar resposta ao aumento da procura. Por outro lado, o mesmo autor considera que “os alojamentos de turismo em espaço rural podem ser uma boa forma de gerar rendimentos complementares no espaço rural.”

## Conclusão

O objectivo desta comunicação foi, por um lado, abordar a problemática do turismo sustentável em espaços naturais protegidos e o seu contributo para o desenvolvimento das regiões rurais. Por outro lado, teve como objectivo específico analisar a actividade turística nos Parques Naturais de Montesinho de Douro Internacional.

A informação recolhida e as limitações de espaço, impostas à extensão do trabalho, não permitiram um desenvolvimento mais aprofundado das temáticas abordadas. No entanto, apresentamos algumas conclusões que reportamos equilibradas com os objectivos e alcance da temática global tratada.

– No que se refere ao Turismo Sustentável em Espaços Naturais protegidos ficou evidente que o seu desenvolvimento produz mais-valias naqueles espaços. Contudo, para que alcance um desenvolvimento contínuo é necessário estabelecer critérios de sustentabilidade e se preservem os recursos existentes.

– São espaços com características marcadamente rurais e detentores de um vasto património natural, paisagístico e cultural cuja principal potencialidade reside mais na sua diversidade do que num único elemento.

– Somos da opinião que é neste acervo patrimonial que ancora a grande potencialidade para o desenvolvimento sustentável do turismo.

– Estes territórios possuem especificidades que podem ser potenciadoras de desenvolvimento sustentado para uma região com as características que esta apresenta.

– Sendo o turismo gerador de emprego, quer no sector do turismo como nas diversas actividades económicas relacionadas com a gestão dos recursos, pode contribuir para a diversificação das economias locais, especialmente as zonas rurais onde o emprego é mais precário; (Castro e Fernandes).

– Os resultados obtidos permitem concluir que a oferta turística (alojamento), é incipiente no PNM e PNDI.

– Além da oferta de alojamento turístico ser fraca os parques carecem de outras infra-estruturas ou instalações turísticas, nomeadamente, *centros de recepção e ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco-museológicos, entre outros.*

– O aumento da capacidade de oferta do Turismo em espaço rural poderá ser uma forma de potencializar património edificado existente nos parques e uma possibilidade para gerar rendimentos alternativos para as populações envolventes.

## Referências Bibliográficas

- BATISTA, Susana. (1997), *A Actividade Turística na Região Centro*, in *Cadernos Regionais - Região Centro - n.º 6*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal.
- CASTRO, José P.R. (2005), *Parque Natural do Douro Internacional e Arribes del Duero – Territórios transfronteiriços – Suas dinâmicas*, Tese de Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- CASTRO, José P.R.; Fernandes, Paula Odete. (2007), *Parque Natural do Douro Internacional/Arribes del Duero: Orientações estratégicas*, 13.º Congresso da APDR, Universidade do Açores, Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, Portugal.
- COMISSÃO EUROPEIA. (2001), *Sustainable tourism and Natura 2000 - Guidelines, initiatives and good practices in Europe*, Luxemburg.
- CUNHA, Licínio. (2003), *Introdução ao Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa/São Paulo, Portugal.
- EUROPARC FEDERATION. (2007), *La Carta Europea del turismo sostenible en los espacios protegidos*, - França.
- FONSECA, Fernando, P.; Ramos, Rui A.R. (2007), *O turismo no espaço rural como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável: o caso de Almeida*, in livro de actas - 13.º Congresso da APDR, Universidade do Açores, Angra do Heroísmo, Terceira, Açores, Portugal.
- ICN - Instituto da Conservação da Natureza (2002), *Turismo de Natureza - Enquadramento Estratégico - Parque Natural do Douro Internacional*, Instituto da Conservação da Natureza; Lisboa, Portugal.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. (2007), *Anuário Estatístico da Região Centro - 2006*, Lisboa, Portugal.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. (2007), *Anuário Estatístico da Região Norte - 2006*, Lisboa, Portugal.

- INE – Instituto Nacional de Estatística. (2008), *Anuário Estatístico da Região Norte - 2007*, Lisboa, Portugal.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. (2008), *Anuário Estatístico da Região Centro - 2007*, Lisboa, Portugal.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. (2009), *Anuário Estatístico da Região Norte - 2008*, Lisboa, Portugal.
- INE – Instituto Nacional de Estatística. (2009), *Anuário Estatístico da Região Centro - 2008*, Lisboa, Portugal.
- LOPEZ, D. Ignacio Sariego; IZQUIERDO, D. Juan José Pons. (2003), *Turismo en los espacios naturales y rurales de Navarra*, in Actas do Quinto Congreso de Economía de Navarra, Espanha.
- MANGANO, Stefania. (2005), *El turismo en los espacios naturales protegidos. Análisis de los objetos de consumo turístico y del comportamiento de los turistas en los parques naturales de Liguria*, Tese de Doutoramento, Universidade de Girona, Itália.
- LUÍS, E. (2002), *Turismo e Desenvolvimento do Espaço Rural. O caso do Concelho de Santa Marta de Penaguião*, Dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- MORENO, Fco. Javier Jiménez. (1997), *Apuntes de Introducción al Turismo*, 1ª Ed., Fundación Cultural Santa Teresa - Escuela Oficial de Turismo de Castilla y León, Ávila, Espanha.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. (1998), *Sustainable Development of Tourism: A Compilation of Good Practices.*, Ed. organização Mundial de Turismo, Madrid, Espanha.
- ORS, J. (1999), *El turismo y la conservación de los espacios naturales*; in VIÑALS, M<sup>a</sup>. J. y BERNABÉ, A. (Edit.), *Turismo en espacios naturales y rurales*, Universidad Politécnica de Valencia, Valencia, Espanha.